



JORNALDA

AdUFRJ

1355 • 7 de abril de 2025 • www.adufrj.org.br • TV ADUFRJ: youtube.com/adufrj



PESQUISA INÉDITA VAI MAPEAR ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA UFRJ

Páginas 4 e 5

Advogados da AdUFRJ alertam para crescimento de crimes virtuais contra docentes. Estelionatários usam o nome do sindicato e do escritório jurídico para extorquir professores. Não forneça dados nem efetue qualquer pagamento. Em caso de dúvida, procure a AdUFRJ

Página 3

PROFESSORES NA MIRA DOS GOLPISTAS

AdUFRJ cobra solução para trabalhos de campo do IGEO

> Segurança dos profissionais que realizam suas atividades sem as condições adequadas de trabalho foi pauta central da reunião que aconteceu na segunda-feira (31), no gabinete do reitor

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

A AdUFRJ publicará nas próximas semanas uma licitação para a contratação de ônibus e vans terceirizados em atendimento aos cursos que demandam aulas de campo. É o caso, por exemplo, da Geologia, Geografia e Biologia. A notícia foi dada durante reunião entre a diretoria da AdUFRJ, a reitoria e a direção do Instituto de Geociências, no dia 31. A diretoria do sindicato foi representada pelos professores Antonio Solé e Nedir do Espírito Santo. O setor jurídico da AdUFRJ e a pró-reitoria de Gestão e Governança (PR-6) — responsável pelos contratos da universidade — também participaram do encontro.

As péssimas condições dos veículos que realizam o transporte de estudantes, técnicos e professores nas viagens de campo são motivo de grande preocupação do sindicato e da direção do instituto, que buscou apoio da AdUFRJ para mediar a questão junto à reitoria. Preocupação que ganhou mais força após o recente acidente que vitimou sete estudantes do curso de Paisagismo da Universidade Federal de Santa Maria, no dia 4. Os alunos viajavam em um ônibus da instituição, que caiu em uma ribanceira.

“Nós estamos sujeitos a precárias condições de trabalho”, disse o professor Edson Farias Mello, diretor do IGEO. “Não se trata de uma situação adversa em sala de aula, mas algo que

representa risco efetivo para a vida das pessoas”, alertou.

O reitor Roberto Medronho reconheceu o problema e disse que a questão orçamentária é um entrave. “Estamos acompanhando de perto a situação, mas é muito difícil resolver no curto espaço de tempo. Temos um orçamento — que já não era suficiente para as nossas demandas — reduzido em R\$ 17 milhões pelo Congresso Nacional”, destacou.

LICITAÇÃO EM BREVE

A pró-reitora Cláudia Cruz, da PR-6, deu detalhes sobre o processo já em andamento para a terceirização de uma frota de ônibus e de vans que servirá às atividades de campo. O contrato irá prever diárias, seguro para todos os passageiros e servidores, pernoite e rotas interestaduais. Os serviços serão pagos de acordo com a demanda de uso. A quilometragem e os valores estimados não podem ser publicados para não prejudicar a futura licitação.

A demanda já está aprovada pela Pró-reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças. Nos próximos dias, os documentos serão analisados pela Procuradoria da UFRJ para que a licitação seja publicada. “Estamos comprometidos em acelerar ao máximo este contrato, mas não conseguiremos ter os veículos disponíveis para os trabalhos de campo no primeiro semestre. Somente para o segundo”, alertou a pró-reitora Cláudia.

O professor Antonio Solé lamentou que a solução seja a terceirização da frota. “O ideal é que tenhamos nossa frota própria, em boas condições, para



SILVANA SÁ

“Não se trata de uma situação adversa em sala de aula, mas algo que representa risco efetivo para a vida das pessoas”

EDSON FARIAS MELLO
Diretor do Instituto de Geologia

atendimento de toda a universidade”, afirmou. Ele reconheceu, no entanto, que, diante da crise orçamentária, a terceirização seja a solução provisória mais rápida. “Compreendo que em tempos de vacas magras precisamos pensar em outras estratégias e conter gastos, mas tenho esperança de que teremos nossa frota de novo”, disse.

O reitor Roberto Medronho concordou que a licitação é a

solução possível no momento. “A manutenção dos veículos próprios é muito onerosa, pesa muito no nosso orçamento. Ano passado, gastamos R\$ 90 mil em um único veículo, tamanho o desgaste da frota”, informou. “Outro dado é que os nossos motoristas são os últimos da carreira. Não há mais concurso para motoristas. Em breve, teremos que terceirizar a função também”, lamentou.

Diretor-adjunto de Graduação, o professor Eduardo Maia destacou que a comunidade acadêmica do IGEO está no limite. No Consuni do dia 27 de março, os estudantes ameaçaram paralisar as atividades se não houvesse resposta efetiva da administração central para o problema. “A crise dos veículos tem impactado a nossa produção acadêmica e científica”, desabafou. “Geologia e Geografia são cursos da UFRJ com grande projeção no país. Podemos perder nossa credibilidade, inclusive junto a importantes empre-

sas que também financiam as pesquisas da universidade, se as aulas de campo não voltarem a ter regularidade”.

Além da saída imediata da terceirização, o professor Solé sugeriu outras frentes para aquisição de veículos próprios. Uma delas seria a universidade buscar uma parceria com a Petrobras. “Formamos, com excelência, geólogos e outros profissionais que atuam na empresa. Penso que seria uma contrapartida interessante ela financiar um ônibus para a universidade”, defendeu.

Outra ideia apresentada na reunião é que a reitoria procure o Ministério de Minas e Energia também com o objetivo de adquirir veículos novos para as aulas e pesquisas de campo. “Estão sob o guarda-chuva desse ministério importantes empresas que também se beneficiam dos conhecimentos da universidade”, completou o diretor do IGEO. O reitor Roberto Medronho se comprometeu a levar as sugestões adiante.

CONSUNI APROVA MOÇÃO DE EMÉRITOS CONTRA CRUZADA TRUMPISTA

Um grupo de 33 professores eméritos da UFRJ subscreveu um documento, aprovado como moção do Conselho Universitário, dia 27. O texto denuncia as ações autoritárias de Donald Trump contra a ciência e expõe a preocupação dos eméritos com os professores, pesquisadores, estudantes e instituições vítimas dos atos do governo norte-americano. A moção foi aprovada por unanimidade no Consuni. Veja a íntegra:

“É com enorme preocupação que a comunidade acadêmica internacional tem assistido a professores, pesquisadores e estudantes de universidades es-

tadunidenses sofrerem ataques de um governo autoritário, que coloca em grave risco os princípios e valores fundamentais que devem reger a vida acadêmica: a liberdade de expressão, a liberdade de cátedra e a liberdade de ensino.

A ciência, assim como os conhecimentos produzidos ao longo dos séculos pelas várias disciplinas e formas de saber resultantes do gênio humano, constitui um bem comum da humanidade, e se nutre, reproduz e enriquece apenas ali onde a circulação e confronto de ideias, hipóteses, sensibilidades e percepções po-

dem circular em liberdade, em ambiente que estimule a convivência e o diálogo. E como se aprendeu e conquistou duramente nas últimas décadas, este ambiente deve acolher e promover a diversidade de gêneros, culturas, etnias, cores, opções religiosas, em condições de igualdade e inclusão.

Ali onde estes princípios e valores são desprezados e violados com os colegas vítimas da universitária-científica mundial que está sendo atacada. A solidariedade com os colegas vítimas da intolerância e do obscurantismo é não apenas um ato em defesa

dos cientistas e da ciência, mas também a afirmação de compromisso com a liberdade e a democracia, hoje ameaçadas em várias partes do mundo, e também no Brasil. A cultura e a ciência têm nas universidades sua pátria natural, universal, e constituem uma trincheira contra o racismo, a xenofobia, o patriarcalismo, a homofobia e todas as formas de opressão e discriminação.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro, através de seu Conselho Universitário, manifesta publicamente seu protesto contra as violências que estão sendo cometidas pelo Governo dos Estados Unidos da América e manifesta sua solidariedade às universidades e universitários estadunidenses.”

SBPC Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

MASCOTE SBPC JOVEM

■ A Coordenação da 32ª SBPC Jovem 2025 está com edital aberto para a criação do mascote da edição deste ano.

Os interessados devem se inscrever até o dia 8 de abril, no site:

ra.sbpnet.org.br/77RA

Mais informações em: sbpcnet.org

CRESCEM AS TENTATIVAS DE GOLPE CONTRA DOCENTES

> Em nova armadilha, criminosos usam nome do Sistema de Valores a Receber do Banco Central para atrair as vítimas. Orientação da AdUFRJ é sempre procurar os contatos oficiais do sindicato, disponíveis no site

RENAN FERNANDES
comunica@adufrrj.org.br

Uma mensagem no WhatsApp chamou a atenção da professora aposentada Laura Tavares no dia 29 de março. “Você pode ter um valor disponível para resgate”, dizia o texto enviado de um número com prefixo 13, do litoral sul do estado de São Paulo. Também era usado o nome do Sistema de Valores a Receber, serviço oferecido pelo Banco Central para a consulta de dinheiro esquecido em contas bancárias. Mas, apesar das aparências, a notificação não passa de mais uma das sucessivas tentativas de golpe que se tornaram uma prática comum contra os docentes da universidade nos últimos meses.

Ao clicar no link da mensagem para fazer a consulta, a docente foi direcionada para um site que simula o layout do gov.br. Ao abrir a página, um vídeo falso do Jornal Nacional, em que o apresentador Willian Bonner e do presidente Lula foram editadas por meio de inteligência artificial, induz a vítima a acreditar que aquele é um canal oficial do governo e a restituição dos valores existe com uma política pública.

“Já tenho 70 anos. Estou cansada. Não sei identificar essas coisas de IA”, lamentou a professora. “Não desconfeiei porque a página é igual. Fiz o login com meu e-mail e senha do gov.br e apareceram todos os meus dados. Até o nome da minha mãe usaram”, disse Laura, que foi atraída pelo valor de R\$ 5.960,50, segundo os cálculos simulados do site.

A professora confirmou seus dados, passou por fases de verificação guiada por uma falsa atendente virtual, até chegar



PÁGINA FALSA Docentes são redirecionados para sites que imitam identidade visual usada pelo governo

ao pagamento de um imposto no valor de R\$ 65, chamado de “taxa transacional”, para concluir a transação.

“Paguei, aguardei e, claro, não depositaram nada”, disse a docente. Laura começou a suspeitar quando foi direcionada para outra página, desta vez um site fictício do espaço consumidor do Procon para reclamar do não recebimento. “Quando entrei, dizia que tinha que pagar mais dois impostos. Foi quando parei. Pensei: ‘Isso está esquisito’”, relatou.

O fundo branco da página, a logo copiada do site original e os detalhes em azul tiram o foco de um ponto crucial. Na barra de endereço do suposto site do governo, a URL não é www.gov.br, mas cliqueaquione/resgate (veja o print nesta página). Na suposta página do Procon, o endereço é portalgov.it.com. O endereço de um site é único na internet, por isso, os golpistas podem copiar o design, mas precisam criar outros domínios para hospedar as páginas na rede.

“Me sinto completamente

vulnerável porque eles conseguem todos os nossos dados. Está complicado viver nesse mundo digital”, revelou, angustiada, a professora.

OUTRAS ABORDAGENS

Na mesma semana, mais professores sofreram outras tentativas de golpe. Uma docente que preferiu não se identificar recebeu, também por Whatsapp, uma mensagem referente à ação judicial dos 3,17%. O número falso se passou por um canal de comunicação da AdUFRJ, usando o nome de advogado do escritório Lindenmeyer Advocacia & Associados, que presta assessoria ao sindicato, e prometendo o pagamento dos valores do reajuste ignorado aos servidores entre 1995 e 2001.

“Acho assustador o que está acontecendo”, disse a docente, que preferiu o anonimato por receio de alguma retaliação. “Eles têm todos os nossos dados. Este número de telefone é novo, passei para poucas pessoas e eles já conseguiram relacionar com o

“Me sinto completamente vulnerável porque eles conseguem todos os nossos dados”

LAURA TAVARES
Professora aposentada

meu processo. Estou chocada”.

A professora interagiu com o farsante e aguardou a resposta durante algumas horas.

“Respondi à mensagem para falar com o suposto advogado. Entrei em contato com o golpista às nove horas da manhã e ele ficou de me responder até as 16h”. Antes do prazo estabelecido, a docente desconfiou e buscou os telefones oficiais da AdUFRJ no site. “Falei com a funcionária Meriane, que foi superatenciosa e logo me abriu os olhos de que era um golpe”. A

docente bloqueou os contatos dos golpistas e não teve nenhum prejuízo.

“É tudo muito bem feito, bem redigido, com nome de advogado, número da OAB”, afirmou a professora. “Não dá para culpar quem cai no golpe. Não é questão de falta de escolaridade ou inteligência. Todos estamos expostos”, disse.

As tentativas de golpes recorrentes contra professores da UFRJ preocupam a diretoria da AdUFRJ. O professor Rodrigo Nunes da Fonseca passa algumas orientações para os colegas evitarem as fraudes. “Nossa recomendação é não responder mensagens de Whatsapp de números não identificados e sempre tirar dúvidas pelo telefone (21) 99644-5471 ou procurar o jurídico da AdUFRJ através do número (21) 99808-0672”. Rodrigo deixa um alerta importante: “Jamais deve ser feita qualquer transferência de valor”. Leia também a nota da assessoria jurídica sobre o assunto (abaixo).

NOTA DA ASSESSORIA JURÍDICA DA ADFRJ

O País todo vem sofrendo com criminosos que utilizam nomes de advogados para aplicar golpes nos cidadãos.

O tema foi notícia inclusive no Jornal Nacional e é conhecido como “Golpe do Falso Advogado”.

O procedimento dos bandidos é o mesmo: informam que há valores para serem pagos para a vítima. No entanto, para a liberação, seria necessário pagar quantias a título de taxas, honorários, peritos etc.

E aqui vai um alerta: suspeite de qualquer mensagem que exija pagamento de valores como condição para liberação de valores.

Isto porque o pagamento dos processos independe de pagamento de qualquer quantia.

Os valores de processos judiciais são depositados em conta judicial no nome do(a) autor(a) da ação, da qual somente ele(a) poderá sacá-los diretamente na Instituição Bancária.

Por conta disso, a assessoria jurídica da AdUFRJ adota diversas precauções, tais como: a) utilização do número oficial da AdUFRJ para contato com a categoria; b) aplicação de sigilo em documentos nos processos judiciais; c) aviso de pagamentos somente por email do Sindicato.

Importante destacar que o escritório Lindenmeyer Advocacia & Associados já possui inquirido

na Polícia Civil dos Estados do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro para apurar a conduta dos criminosos.

Para além disso, possui um protocolo junto à Ordem dos Advogados do Brasil pedindo providências sobre a situação.

Ao receber contatos exigindo pagamento de quantias para liberação de valores, entre em contato direto com a AdUFRJ, a fim de averiguar a situação.

Também estamos à disposição nos atendimentos de terças a quintas, nos turnos da manhã e da tarde.

Lindenmeyer Advocacia & Associados

> Pesquisa sobre assédio vai abranger, pela primeira vez, docentes e técnicos da UFRJ, apontada pelo TCU entre as federais que não têm políticas adequadas para enfrentar o problema

Estudo vai mapear práticas de assédio moral na UFRJ

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufjr.org.br

Pela primeira vez, a UFRJ terá uma real dimensão de um dos mais graves e crescentes problemas nas suas relações de trabalho: o assédio moral. Organizada pela professora Alzira Guarany, coordenadora do Laboratório de Estudos em Políticas Públicas, Trabalho e Sociabilidade (LEPPTraS) da Escola de Serviço Social, a pesquisa “Assédio moral e outras violências laborais na UFRJ” será levada a todos os servidores da universidade — professores e técnicos —, e poderá subsidiar ações de combate ao problema.

O levantamento chegou a ser veiculado em 24 de março, mas teve de ser retirado do ar para se adequar a padrões de formulário da TIC/UFRJ. Nas 24 horas em que ficou disponível, ele mostrou que há uma forte demanda reprimida na universidade sobre o tema: mais de 300 formulários foram preenchidos. A pesquisa voltará a ser veiculada ainda em abril, e conta com o apoio da Divisão de Acompanhamento das Relações de Trabalho (DART) da PR-4 e da Ouvidoria da UFRJ.

AUMENTO DE CASOS

O estudo chega em boa hora. No último dia 12 de março, o Tribunal de Contas da União divulgou o resultado de uma auditoria sobre o assédio moral com todas as universidades federais do país. O resultado é desanimador. Entre as 69 instituições avaliadas, 60% delas (41) não apresentam política institucionalizada ou plano setorial de prevenção e combate ao assédio. A UFRJ é uma delas, ao lado de instituições como UFPA, UNIRIO, UFRJ, UFPE, UFSC e UFMG.

Coordenada pelo ministro

Aroldo Cedraz, a auditoria tomou como ponto de partida o crescimento de casos de assédio moral registrados nos canais oficiais. Entre 2021 e 2023, houve um aumento de 44,8% nos processos judiciais sobre assédio moral, com mais de 360 mil novas ações registradas, destacando as universidades “como ambientes frequentes de ocorrência de assédio”.

A auditoria aponta que as universidades federais tiveram 641 processos correccionais abertos entre janeiro de 2022 e março de 2024, com denúncias em 57 das 69 instituições. O TCU destaca que apenas 10% dos casos de assédio são registrados — ou seja, há subnotificação. “Considero especialmente crítico o combate a esse problema no âmbito das universidades federais pelo potencial impacto sobre aspectos pessoais e profissionais das vítimas. O assédio, nesse contexto, foi identificado como uma das principais causas da desistência de estudantes”, alertou o ministro Cedraz.

Segundo o TCU, de junho de 2023 a junho de 2024, a UFRJ registrou 114 ocorrências — entre denúncias, comunicações, solicitações e reclamações — de assédio moral (veja tabela ao lado). A maioria das denúncias é de docentes: são 74 (65%).

Em 30 de julho passado, o governo federal publicou o decreto 12.122, que instituiu o Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação. Ele determina que todos os órgãos da administração federal adotem planos setoriais no prazo de 120 dias a contar de 28 de janeiro deste ano, data de publicação da portaria 617 do MGI. O TCU reforçou essa determinação à UFRJ e às demais 40 universidades federais como ineficazes no tema em sua auditoria, pontuando que tais medidas devem ser adotadas “com envolvimento e participação da comunidade universitária”.



ARQUIVO PESSOAL

PESQUISA inédita é coordenada pela professora Alzira Guarany

ASSÉDIO MORAL NA UFRJ

(Junho de 2023 a Junho de 2024)

Total de ocorrências:
114

Denunciados:

Docentes:

74

Estudantes:

19

Técnicos (TAE):

8

Terceirizados:

3

Não especificado/

Não informado:

10

Fonte: Tribunal de Contas da União

VIOLÊNCIAS COTIDIANAS

A professora Alzira Guarany trabalha com assédio moral e outras formas de violência laboral desde que concluiu sua graduação em Serviço Social na UFRJ, em 1988. “Atuei em grandes empresas nacionais e multinacionais e assisti muitas situações de assédio moral, principalmente, e sexual. Atendi muitas vítimas de assédio, e esse tema me atraiu como campo de interesse”, lembra a professora.

Segundo ela, o objetivo da pesquisa é identificar a presença do assédio moral e de outras violências na UFRJ, com a intenção de analisar e qualificar condutas e o contexto organizacional. “A ideia é que a partir da análise desses dados a gente possa enfrentar o problema. A pesquisa será de grande valor para os sindicatos, as associações e a gestão da UFRJ, para desenvolver programas para além dos PADs (Processos Administrativos Disciplinares)”. Vai trazer para nós a realidade”, diz Alzira.

O assédio moral no ambiente de trabalho envolve um conjunto de práticas adotadas com a intenção de desqualificar, agredir, rebaixar. A professora Alzira explica que o conceito clássico envolve ainda a repetição da violência, que se torna cotidiana, voltada para uma pessoa ou para um grupo: “Hoje em dia já se discute se há a necessidade da repetição das ações para configurar o assédio moral. Não há uma dosimetria. São duas vezes, três vezes, um mês, um ano? Por isso se discute essa necessidade de repetição. O assédio é complexo. Pode envolver questões de gênero, de geração, de origem, de raça, de credo”.

Alzira descreve uma situação de assédio em relação ao credo. “Um chefe ou um colega de trabalho diz assim ‘ah, mas precisa toda sexta-feira vir trabalhar com guias e toda de branco?’. Isso pode se configurar em assédio e está na rotina, no cotidiano daquela relação de trabalho.

A pessoa pode começar a apresentar mudanças em seu comportamento. O assédio provoca isolamento, desestabilização”.

A pesquisadora afirma que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) vem desenvolvendo inúmeras ações de enfrentamento, e o que se está percebendo é que em ambientes laborais onde há assédio, mesmo quem não é diretamente vítima é afetado. “Na maioria das vezes, o assédio é vertical, de um gestor para um subordinado ou para sua equipe. Mas há assédios horizontais. Há casos em que, em uma equipe, muitos se aliam a quem faz o assédio para não ser a próxima vítima. Há também assédio de baixo para cima, comum no Serviço Público. Não há um protocolo dizendo que somente a vítima pode denunciar assédio, quem assiste pode e deve denunciar”, orienta a professora.

DANOS IRREVERSÍVEIS

É intenção da equipe da pro-

fessora Alzira Guarany levar a pesquisa a outras federais. Já há uma negociação na UFPB — uma das 41 federais que não possuem política de prevenção e combate ao assédio, segundo o TCU. No âmbito da UFRJ, a Divisão de Acompanhamento das Relações de Trabalho (DART) da PR-4 tem se empenhado em acolher as vítimas de assédio.

Diretora da DART, a assistente social Natalia da Silva Limongi ingressou na universidade em julho de 2019 e, desde então, se dedica a estruturar ações para enfrentar o problema. “Foi minha missão desde o início. Tomei como base algumas ações planejadas anteriormente e busquei referências dentro da UFRJ. Assim surgiu a SART, a Seção de Atenção às Relações de Trabalho, na PR-4. Trabalhei por um período sozinha com as movimentações de pessoal, onde apareciam os grandes conflitos, os problemas nas relações de trabalho. Muitas vezes o gestor usa a movimentação para punir algum subordinado, para tirá-lo daquele lugar”, recorda Natalia.

Criada em 2023, como herdeira da SART, a DART tem hoje quatro assistentes sociais. “Nossa proposta é ser um local de acolhimento, uma instância de garantia de direitos, de busca de dignidade no trabalho, por meio de intervenções de cunho mediador. Recebemos demandas tanto de servidores, quanto de equipes e gestores, tratamos tudo com sigilo. Estudamos cada caso e buscamos alternativas para construir espaços cada vez mais saudáveis de trabalho na UFRJ”, diz a assistente social. Todas as movimentações de pessoal passam atualmente por uma avaliação técnica da DART. “A gente acolhe o servidor que foi removido, analisa o contexto em que aquela remoção foi solicitada, emite pareceres nos processos administrativos. Movimentações, redistribuições e cessões são recursos de servidores que estão em sofrimento. Muitas vezes o gestor também usa esses recursos para se livrar de um servidor”, observa ela.

O principal canal de recebimento de demandas da divisão é o e-mail. E o trabalho da DART tem demonstrado que os casos de assédio moral na UFRJ têm crescido. “Temos recebido muitas demandas, diariamente. São servidores que pedem para ser acolhidos, e muitos só enxergam na movimentação uma solução para seus problemas. Pedidos como ‘eu preciso sair daqui para continuar meu caminho na universidade’. Recentemente, recebemos um servidor que ama o seu fazer, que está há anos no mesmo local, e que está vivendo uma situação conflituosa com novos colegas e chefias. Para nós, sugerir a movimentação dessa pessoa é como se fosse violentar ela novamente”.

Natalia conta que muitas vezes a denúncia vem com provas. “Mas nosso papel não é investigar. Nosso papel é acolher. Nós encaminhamos essa denúncia a outras equipes, como a da Ouvidoria. Há casos em que se ultrapassam os muros da universidade, e nesses casos nós

orientamos o servidor a buscar também órgãos externos, com a Polícia e a Defensoria Pública. Nosso foco é fortalecer essa rede interna de proteção. Temos uma média de 4 a 5 casos novos por dia. E todo caso se desdobra em muitas ações. Estamos acompanhando desde novembro um caso que nos foi solicitado pela direção de um instituto de Macaé. Só neste caso já tivemos conversas com diretor, vice-diretor, chefe de gabinete, alguns chefes de departamento e vários servidores. Temos muito trabalho. Essa pesquisa pode ser um marco para a gente conhecer o problema e enfrentá-lo”.



Temos uma média de 4 a 5 casos novos por dia. E todo caso se desdobra em muitas ações”

NATALIA DA SILVA LIMONGI
Diretora da DART/PR-4

ENTREVISTA | LUZIA ARAUJO, OUIDORA GERAL E OUIDORA DA MULHER DA UFRJ

“ESSA PESQUISA É UMA FERRAMENTA ESSENCIAL”

A Ouvidoria da UFRJ incentiva a participação de todos os servidores na pesquisa coordenada pela professora Alzira Guarany. Segundo a ouvidora Luzia Araujo, a atual gestão está em fase final de revisão de uma política global de enfrentamento ao assédio moral e a outras formas de violência laboral, como determinam o decreto 12.122, do governo federal, e uma auditoria do TCU. Luzia diz que a pesquisa poderá ajudar na promoção “de um ambiente mais saudável e respeitoso para todos” e reforça que a Ouvidoria está aberta a acolher as pessoas vítimas desse tipo de violência na UFRJ.

■ **Jornal da AdUFRJ — De que forma a Ouvidoria apoia a pesquisa “Assédio moral e outras violências laborais na UFRJ”?**

● **Luzia Araujo** — É preciso parabenizar a professora Alzira Guarany pela iniciativa. O assédio moral e outros tipos de violências no ambiente de trabalho violam princípios como a dignidade da pessoa humana e moralidade no Serviço Público. O compromisso da Ouvidoria é contribuir para que a UFRJ seja cada vez mais uma universidade diversa e inclusiva, sem preconceitos e quaisquer formas de discriminação. A Ouvidoria apoiará essa pesquisa divulgando, incentivando os servidores para participação. Vamos atuar também para disseminar os resultados, contribuindo para a construção de políticas de prevenção desses agravos na UFRJ.

■ **Qual é a importância dessa pesquisa para dimensionar essa questão na UFRJ?**

● Ainda que tenhamos relatórios estatísticos anuais, sabemos que essas situações nem sempre são denunciadas, há subnotificação de casos. A pesquisa desempenhará papel fundamental na identificação da prevalência do assédio moral e outras violências que podem ocorrer nas unidades e centros da UFRJ. Poderemos fazer o cruzamento dessas informações com os dados da plataforma Fala.Br para melhor compreensão da situação. Essa pesquisa é uma ferramenta essencial para dimensionar essas questões na UFRJ e para a promoção de um ambiente mais saudável e respeitoso para todos.

■ **Quantos casos/denúncias de assédio moral e outras violências laborais foram recebidas pela Ouvidoria em 2024?**

● Publicamos anualmente os relatórios no link (<http://www.ouvidoria.ufrj.br/index.php/relatorios-29>). Reforçamos que esses dados podem estar subnotificados. Nem todas as pessoas que vivenciam essas situações têm forças para notificar. De janeiro a dezembro de 2024, foram recebidas 1.275 manifestações pelo Fala.Br/CGU. Dessas,



49,6% foram registradas como denúncias.

■ **Quantos desses casos se transformaram em PADs?**

● A competência da Ouvidoria-Geral e Ouvidoria da Mulher da UFRJ ao tomar conhecimento de uma denúncia é seguir o protocolo interno. Se a denúncia é considerada apta, ela é encaminhada para a unidade responsável, que emitirá parecer sobre a admissão da denúncia. Essa informação é repassada ao denunciante em retorno à sua demanda via plataforma Fala.Br. De acordo com a Divisão Administrativa das Comissões (DAC/Corin), temos 6 processos administrativos disciplinares (PADs) e cerca de 50 investigações preliminares sumárias (IPS) em andamento que versam sobre assédio moral.

■ **Como um servidor ou um aluno pode denunciar assédio moral por meio dos canais da UFRJ? Que canais são esses?**

A Ouvidoria é a unidade responsável pelo recebimento das denúncias. O Fala.Br é a plataforma integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal, lançada pela CGU em 2019 (<https://falabr.cgu.gov.br/web/home/>). Para os gestores, é importante fazer o acolhimento da pessoa, não duvidar dela e orientá-la quanto aos procedimentos de registro de denúncia na Ouvidoria.

■ **Como está na UFRJ o processo de cumprimento ao decreto 12.122, que instituiu o Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação?**

● A portaria 6.263, de 4 agosto

de 2021, instituiu o Grupo de Trabalho de Direitos Humanos e Enfrentamento às Violências, com a finalidade de elaborar uma política de enfrentamento a essas questões. Essa política está em fase de revisão pela atual gestão para ser encaminhada ao Consumi. Considerando a necessidade de adequação da UFRJ ao decreto 12.122, a Ouvidoria-Geral e a Ouvidoria da Mulher elaboraram um protocolo interno para tratamento de questões que envolvam violências e violações de direitos. Está em andamento o “Mapeamento de projetos, grupos, coletivos ou comissões para enfrentamento de assédio, racismo entre outras violações de direitos e violências no âmbito da UFRJ”, com o objetivo de mapear os diversos grupos na universidade que atuam com o tema.

ONDE SE INFORMAR E DENUNCIAR

● Página da Ouvidoria na internet: www.ouvidoria.ufrj.br;
● Plataforma Fala.Br/CGU: <https://falabr.cgu.gov.br>;
● E-mails: ouvidoria@reitoria.ufrj.br; secouvidoria@reitoria.ufrj.br; sic@reitoria.ufrj.br;
● Telefones: (21) 3938-1619 e (21) 99782-4462 (WhatsApp);
● Atendimento presencial (solicitar agendamento) ou carta: Av. Pedro Calmon, nº 550, 2º andar, Cidade Universitária, Ilha do Fundão, Rio de Janeiro – RJ, CEP 21.941-901;
● Instagram da Ouvidoria: <https://www.instagram.com/ouvidoriaufrj>;
● Canal no YouTube: <https://www.youtube.com/@Ouvidoria-geralufrj>;
● Carta de Serviços da UFRJ: divulgada no link <https://cartadeservicos.ufrj.br/>.

FOTOS: FERNANDO SOUZA



CAPOEIRA COM CIÊNCIA ATRAI GRANDE PÚBLICO À UFRJ

A criançada foi a principal convidada. Meninos e meninas se esbaldaram e aprenderam movimentos de animais. Evento foi realizado na Casa da Ciência com apoio da AdUFRJ

SILVANA SÁ
silvana@adufrj.org.br

Imagine se você fosse uma criança e tivesse a oportunidade de observar bem de perto alguns animais, analisar suas formas, entender suas características, aprender sobre seus hábitos. Depois, que pudesse conhecer e reproduzir seus movimentos, ser apresentado à capoeira, ter uma abordagem antirracista da história do jogo e aliar os movimentos dos animais aos da capoeira. Tudo isso permeado de muita brincadeira, diversão e afeto. Imaginou? Seria interessante, não? Pois bem, esse é um bom resumo do que aconteceu na manhã de sábado, 29 de março, na Casa da Ciência da UFRJ.

O evento Capoeira com Ciência atraiu grande público. A iniciativa foi uma realização do Laboratório Capoeira, da Escola de Educação Física e Desportos, e do Grupo Abadã-Capoeira, em parceria com o Museu Nacional. A AdUFRJ e o Fórum de Ciência e Cultura apoiaram a atividade. Crianças de todas as idades

foram as convidadas especiais da intensa manhã de aprendizados, “mas a oficina é para todo mundo que quiser se divertir”, garantiu o professor Tavinho, do Abadã-Capoeira, no início da programação. “Vamos ensinar a movimentação dos animais, o toque silvestre e o jogo silvestre”, explicou. “Esta é uma aula com importantes informações sobre os animais e sua influência nos nossos movimentos”, disse.

“O primeiro animal que vamos conhecer é o coral-cérebro. É simbólico. Só existe no Brasil. É uma espécie endêmica da Bahia e do Espírito Santo”, descreveu Fernando Coreixas de Moraes, pesquisador do Museu Nacional. “Essa espécie nos inspira a ter atenção e resiliência no jogo”, disse.

Em seguida, foram mostradas conchas para as crianças. “O capoeirista tem ‘mãos de concha’ para proteger os dedos dos golpes do adversário”, continuou o pesquisador, enquanto apresentava os exemplares de animais taxidermizados ou conservados em álcool. Os espécimes são da Seção de Assistência ao En-



A capoeira é um jogo de perguntas e respostas e tivemos diversas respostas nesta manhã. Isso aqui também é pesquisa”

LÍVIA PASQUA
Professora da EEFD

sino do Museu Nacional, que empresta gratuitamente suas coleções para escolas, pessoas físicas ou grupos.

A professora Lívia Pasqua, coordenadora do Laboratório Capoeira da EEFD, foi uma das organizadoras da atividade. Lívia destacou que a oficina é uma forma de o Departamento de Lutas da unidade realizar ensino, pesquisa e extensão, apesar dos problemas de infraestrutura pelos quais passa a EEFD. “O nosso prédio da Escola de Educação Física está interditado, mas nós estamos aqui resistindo. O LabCapo está aqui”, afirmou.

No fim do evento, uma roda de capoeira com integrantes de diferentes escolas se formou. Depois, pais e mães foram convidados a gingar com seus filhos, um dos momentos mais emocionantes da manhã de descobertas. “Já acompanhei minha filha em muitas atividades, mas nunca me senti tão à vontade e convidada a participar com ela de um momento como esse”, disse Estella Manhães, mãe da pequena Gabriela, de 8 anos.

“Nessa oficina aliamos os di-

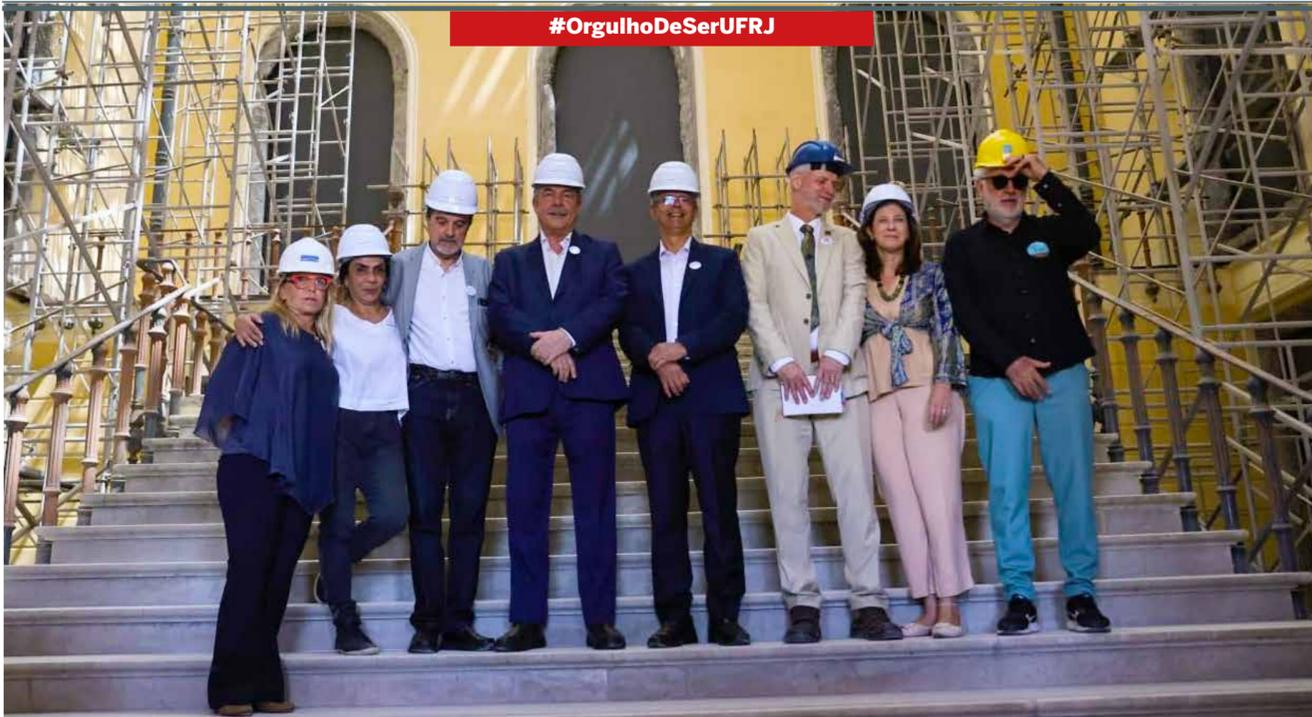
álogos e saberes tradicionais aos científicos para compartilhar com a sociedade esses conhecimentos. Não há uma hierarquização dos saberes”, explicou a professora Lívia Pasqua. “Hoje vimos aqui pais e mães que provavelmente nunca tiveram a oportunidade de jogar com seus filhos. Isso é muito bonito de ver”, disse. “A capoeira é um jogo de perguntas e respostas e tivemos diversas respostas nesta manhã. Isso aqui também é pesquisa”, celebrou.

AULAS NO CT

A professora Lívia e alunos monitores ministram aulas de capoeira no hall do Bloco A do Centro de Tecnologia. As aulas são fruto do projeto de extensão Capoeira-UFRJ e acontecem todas as segundas e quartas-feiras, das 17h às 18h30. As aulas são abertas a pessoas acima de 18 anos. Não é necessário ter experiência prévia na capoeira. Basta comparecer no horário da aula para se inscrever. “A gente treina movimentos, musicalidade, troca experiências, realiza exposições de TCC. Os treinos acontecem sempre”, concluiu a docente.

FOTOS: FERNANDO SOUZA





FOTOS: FERNANDO SOUZA



RESTAURAÇÃO A comitiva do BNDES e da UFRJ visitou salas em restauração da entrada principal do Paço de São Cristóvão. As paredes ainda guardam as marcas do incêndio que destruiu o acervo e o interior da estrutura em 2018. Verba do banco garante a continuidade do restauro e a expectativa é que o museu reabra parcialmente em 2026

BNDES DOA R\$ 50 MILHÕES PARA O MUSEU NACIONAL

> Aporte será destinado à restauração do prédio, previsto para ser reaberto em 2026. Em evento na Quinta da Boa Vista, Aloizio Mercadante também anunciou a criação de um fundo mantenedor

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufrrj.org.br

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, anunciou, na quarta-feira (2), o aporte de recursos não reembolsáveis de R\$ 50 milhões para a reconstrução do Museu Nacional, destruído por um incêndio em 2 de setembro de 2018. A verba garante a continuidade das obras de restauração e a previsão de reabertura de parte do imóvel ao público em junho do ano que vem. Com os novos recursos, o valor total destinado pelo banco à recuperação do museu chega a R\$ 100 milhões.

O anúncio foi feito na Sala das Vigas, uma das já parcialmente recuperadas do Paço de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista. De acordo com o arquiteto responsável pelas obras, Wallace Caldas, as imensas vigas retorcidas pelo fogo serão mantidas como “esculturas para lembrar a resistência diante da tragédia”. Segundo ele, o bloco principal do Paço, onde está o meteorito Bendegó, já está com as fachadas restauradas, assim como o teto. Para abril, a previsão é restaurar os acessos aos andares superiores e a cria-



ção de um túnel de serviços entre o Paço e seu anexo. Quase 400 pessoas atuam nas obras atualmente.

FUNDO MANTENEDOR

Ao lado do reitor da UFRJ, professor Roberto Medronho, e do diretor do Museu Nacional, Alexander Kellner, Mercadante anunciou ainda a criação de um fundo mantenedor para as atividades do museu pós-reabertura. “O BNDES vai estruturar esse fundo e vamos captar recursos para a sustentação financeira do Museu Na-

cional a longo prazo. Um fundo para que se façam as reformas, as manutenções, as exposições”, adiantou ele. “É um fundo para que, depois da reabertura, o museu não tenha que ficar correndo atrás de recursos para uma exposição, por exemplo. E para preservar o acervo e não repetir os erros do passado”.

O presidente do BNDES disse que empresas e bancos privados “estão se comprometendo a cobrir” o que ainda está faltando de recursos para a conclusão das obras. O total previsto para a

reforma é de R\$ 516 milhões, e até agora já foram captados cerca de R\$ 350 milhões. “Dos R\$ 170 milhões restantes, algo em torno de R\$ 100 milhões já estão em fase final de captação. Esses R\$ 70 milhões que faltam já estamos em conversas avançadas para conseguir”, garantiu Mercadante. Uma dessas conversas é com a Febraban, a federação dos bancos, com o intuito de garantir mais R\$ 18 milhões para as obras.

O reitor Roberto Medronho destacou o simbolismo do aporte do BNDES. “Se o dinheiro não entra agora, o cronograma iria atrasar. Com isso, nós garantimos a reabertura parcial em 2026, e mantemos a previsão de reabertura total em 2028”.

Para o diretor do Museu Nacional, professor Alexander Kellner, a verba do BNDES chega em um momento crucial. “Esse aporte é estratégico para que o museu cumpra com o compromisso de reabrir parte do Paço de São Cristóvão e seus arredores à população. Nossa ideia é fazer essa reabertura em junho de 2026, com a ossada de uma baleia, pendurada a mais de dez metros de altura, a recepcionar o público na entrada do museu”. A partir de junho próximo, o museu terá visitas agendadas nas salas já em restauração de sua entrada principal.



DITADORES NUNCA MAIS

> Protesto homenageou brasileiros perseguidos pela ditadura militar de 64. Manifestantes exigiram reparação histórica e condenaram a anistia aos golpistas de 8 de janeiro de 2023

RENAN FERNANDES
comunica@adufrrj.org.br

Os gritos de “sem anistia” foram as palavras de ordem mais repetidas durante o ato que marcou os 61 anos do golpe militar de 1964. Na terça-feira, dia 1º de abril, manifestantes e militantes de diversas organizações sociais se reuniram em frente à antiga sede do DOPS, no Centro do Rio, contra a anistia aos golpistas de ontem e de hoje.

O historiador Lucas Pedretti, do coletivo RJ Memória, Verdade, Justiça e Reparação, exaltou a simbologia do lugar escolhido para a concentração do ato. “Esse é um prédio que foi durante todo século XX um centro de tortura do Estado”, disse Pedretti sobre o prédio da Rua da Relação, 40.

“Reunimos as forças do campo progressista para lembrar as vítimas da violência militar do passado e do presente. Por isso, é importante responsabilizar Bolsonaro e os militares”, afirmou o historiador.

A manifestação reuniu bandeiras de diversos coletivos e movimentos. O músico Leo Alves, neto do desaparecido político

Mário Alves, representou o coletivo Filhos e Netos por Memória, Verdade e Justiça.

“A luta deve ser contínua para mostrar que não foram só os militantes as vítimas da ditadura. Ela ainda não acabou nas favelas do Brasil, no campo e nas terras indígenas”, apontou.

O ato seguiu em direção à Associação Brasileira de Imprensa, a ABI, onde o Grupo Tortura Nunca Mais promoveu a entrega da 37ª Medalha Chico Mendes. A honraria homenageia pessoas e movimentos sociais que lutam contra a violência de Estado, em defesa dos direitos humanos. Neste ano, foram dez os escolhidos, entre ativistas, instituições e desaparecidos políticos.

“Há 37 anos, a medalha é um contraponto à Medalha do Pacificador, entregue pelo Exército brasileiro e que já homenageou muitos agentes da ditadura”, explicou o presidente do grupo, Rafael Maul.

Um grupo de bolsonaristas hostilizou manifestantes no início do ato. Depois, ao final da atividade, o grupo voltou acompanhado por policiais militares. Houve princípio de tumulto e a polícia chegou a utilizar gás de pimenta contra os manifestantes. Os organizadores, no entanto, contornaram a situação e a atividade foi encerrada sem mais violência.